

Informações para o Portal do MEC

Item Valor público e resultados gerados

Os valores fundamentais de uma organização norteiam a ação de todos os que trabalham e conduzem a instituição, dando a sustentação necessária ao projeto institucional. A clareza dos valores que movem uma organização ensina a geração de maior valor agregado para o seu público-alvo – a sociedade brasileira. O Ministério da Educação tem como valores fundamentais:

Transparência | Integridade | Pluralismo | Equidade | Inclusão e Acessibilidade | Participação Social | Cooperação | Compromisso com resultados | Inovação

O Decreto 9.203/2017 define valor público como sendo “produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos”.

Nesse sentido, tendo como princípio os valores fundamentais do Ministério da Educação, destacam-se os principais resultados gerados e entregues à sociedade no exercício de 2020:

Principais Realizações MEC - 2020	
MEC repassa R\$ 615 milhões às escolas de educação básica para auxiliar nas adequações necessárias para retorno às atividades presenciais	Em 2019, o Brasil registrou um total de 47,9 milhões de matrículas na educação básica, distribuídas em 180,6 mil escolas. Desse total, 38,7 milhões de estudantes pertencem à rede pública e 9,1 milhões à rede privada. A pandemia da Covid-19 afetou a educação escolar básica, que teve como imperativo a suspensão das aulas presenciais em todas as redes de ensino. Em função dessa situação de pandemia, e da necessidade da reorganização dos calendários e do possível retorno às atividades presenciais, a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), em comum acordo com o CONSED e a UNDIME, resolveu destinar recursos como forma de apoiar as escolas da rede estadual, municipal e distrital na preparação para retornar às aulas com segurança. Em virtude disso, surgiu a proposição da Resolução PDDE Emergencial e o Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica para apoiar financeiramente e tecnicamente as redes ao retorno às aulas e na operacionalização de seus protocolos de segurança. Das 138.478 escolas que fazem parte da rede pública, esta ação alcançou 116.899 escolas estaduais e distritais, atendendo às 36.832.854 matrículas. O Total repassado foi R\$ 615.000.000,00, sendo R\$ 383.684.122,04 para os estados e R\$ 231.315.877,96 para os municípios.

MEC repassa mais de R\$ 700 milhões para apoio às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral

O Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), atualmente regido por meio da Portaria MEC nº 2.116, de 06 de dezembro de 2019, tendo como objetivo geral apoiar a ampliação da oferta de educação em tempo integral no Ensino Médio nos estados e Distrito Federal, de acordo com os critérios estabelecidos pela referida Portaria, por meio da transferência de recursos para as Secretarias Estaduais de Educação (SEE) que fizerem à adesão ao Programa. O EMTI visa apoiar a implementação da proposta pedagógica de escolas de ensino médio em tempo integral das redes públicas dos estados e do Distrito Federal. Neste contexto, as SEE indicam as escolas que participarão do Programa, estando estas sujeitas aos critérios pactuados, as SEE recebem como financiamento do programa, o valor R\$ 2.000,00 por aluno, ficando a cargo da própria SEE a gestão deste orçamento. O EMTI busca o atendimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2018, lei nº 13.005/14) visando o aumento do número de matrículas e também a melhoria dos indicadores de desempenho e taxas de aprovação. O programa possui duração de 10 anos a partir da adesão dos interessados realizada por meio de portarias do MEC.

Atualmente, o Programa EMTI possui um quantitativo de total de 1.439 Escolas, sendo 1.027 escolas das adesões 2016 a 2018, e 412 escolas da nova adesão de 2019. De acordo com o Censo Escolar 2019, temos 223.608 matrículas efetivadas no EMTI, mas o acréscimo de 41.130 novas matrículas disponibilizada pela adesão em 2019, gerando um total de 264.738 matrículas em 2020.

Entrega nos últimos dois anos (2019 e 2020):

Portaria nº 1.992, de 11 de novembro de 2019 – repasse de recursos aos estados e ao Distrito Federal no montante de R\$ 118.252.879,46.

Portaria nº 33, de 5 de dezembro de 2019 – repasse de recursos aos estados e ao Distrito Federal no montante de R\$ 428.375.992,51.

Portaria nº 19, de 19 de agosto de 2020 (retificada pela portaria nº 22, de 14 de agosto de 2020) – repasse de recursos aos estados e ao Distrito Federal no montante de R\$ 156.311.095,43.

Total de recursos repassados (2019 a 2020): R\$ 702.939.967,40

MEC repassa mais de R\$ 83,5 milhões apoio à manutenção da Educação Infantil	O Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil é uma iniciativa que contribui para a expansão da oferta de vagas na educação infantil pública, para o regular funcionamento das novas matrículas e, consequentemente, para o alcance da Meta 1 do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 13.005/2014. É gerido pela Secretaria de Educação Básica (COGEI/DPD/SEB) e está previsto na Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, e na Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012. O objetivo do programa é prestar apoio financeiro aos municípios para atender novas matrículas, em novos estabelecimentos de Educação Infantil construídos com recursos federais (Unidades do Proinfância) e em novas turmas de educação infantil em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público (Brasil Carinhoso), até que as mesmas sejam computadas para recebimento de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. De acordo com relatório extraído do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, os dados referentes ao valor do repasse do Programa, bem como o número de novas matrículas em creches e pré-escola, desde o início da gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro, são: - Novos Estabelecimentos: em 2019 e 2020, repasse de R\$ 34,5 milhões a 12.836 creches e pré-escolas - Novas Turmas: em 2019 e 2020, repasse de R\$ 48,9 milhões a 21.897 creches e pré-escolas
MEC lança aplicativo Clique Escola	O Aplicativo Clique Escola é uma ferramenta para divulgação de informações educacionais e financeiras das escolas de ensino básico de todo o Brasil, promovendo o acesso fácil e rápido às informações para toda sociedade e potencializando a transparência de dados públicos e o controle social, além de ser importante aliada na gestão das escolas públicas. Ele foi desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica em parceria com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC. Atualmente as atualizações das informações educacionais são realizadas por meio da extração dos dados do portal do Inep, com tratamento e posterior publicação no Clique Escola. Em relação às informações financeiras, os dados são recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O aplicativo está disponível para os sistemas operacionais Android e IOS e, até o momento, foram realizados mais de 140 mil downloads.
MEC já implantou 51 Escolas Cívico-Militares	Instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 e regulamentado pela Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim foi criado para contribuir com a Meta 7 do Plano Nacional de Educação, corroborando com a melhoria da qualidade do ensino básico e fundamental. O Pecim implantou 51 Escolas cívico-militares- Ecim no ano de 2020 e está em fase de lançamento da portaria para implantação de mais 54 Ecim no ano de 2021.

Em 2020, MEC investiu cerca de R\$ 1,32 bilhão em programas de assistência ao estudante da educação superior	O Ministério da Educação é responsável pelos programas de assistência estudantil e permanência no ensino superior, tanto em instituições privadas quanto públicas. Os principais são: Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Programa Bolsa Permanência (PBP) e PBP PROUNI; e Programa Educação Tutorial (PET). O PNAES tem por objetivo democratizar as condições de permanência, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O orçamento do PNAES em 2020 é de R\$ 1,04 bilhão e o atendimento médio anual é 315,7 mil estudantes. O PBP visa minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais, viabilizar a permanência no curso de graduação e reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil. O orçamento do PBP em 2020 é de R\$ 182,8 milhões. No total, até o mês de setembro, foram pagas 124.996 bolsas nos valores de R\$ 400 (para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica) e R\$ 900 reais (para estudantes indígenas e quilombolas). Para o PBP PROUNI a média mensal de aluno atendido, com auxílio de R\$ 400,00 entre janeiro e setembro de 2020, foi de 8.532, totalizando o valor de R\$ 30.713.600,00. O PET busca promover uma formação de qualidade aos alunos de graduação matriculados em instituições públicas de ensino superior. O orçamento de 2020 é de R\$ 70 milhões. Até setembro, foram 11,7 mil estudantes atendidos e 884 professores participantes. Entre os meses de janeiro a setembro foram pagas a alunos e professores 86.812 bolsas. Desde o mês de setembro de 2020, atendendo as diretrizes do Programa de Transformação Digital do Governo Federal, o acesso aos serviços dos programas PET e PBP/IFES passou a ser operacionalizado mediante a sistemática de login único, por intermédio do acesso.gov.br.
Prouni: MEC ofertou mais de 324 mil bolsas em 2020	O PROUNI é o programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário-mínimo. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até 3 salários-mínimos por pessoa. O processo de seleção para o PROUNI tem duas edições por ano. Para a seleção de 2020/1, 782.495 candidatos se inscreveram para concorrer à 252.534 bolsas, sendo 122.432 integrais e 130.102 parciais. No processo seletivo relativo à seleção de 2020/2, 228.444 candidatos se inscreveram para concorrer à 167.780 bolsas, sendo 60.551 integrais e 107.229 parciais.

SISU: em 2020 MEC ofertou mais de 324 mil vagas em instituições de ensino superior	O processo de seleção para o SISU tem duas edições por ano. Para a seleção de 2020/1, 1.795.211 candidatos se inscreveram para concorrer à 237.128 vagas, sendo 101.504 vagas reservadas à Lei nº 12.711 (Lei de Cotas). No processo seletivo do primeiro semestre de 2020 houve a participação de 128 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 96 entre institutos e universidades federais, 31 estaduais e 1 municipal. No processo relativo a 2020/2, 424.991 candidatos se inscreveram para concorrer à 51.924 vagas, sendo 23.059 reservadas à Lei de Cotas. Cumpre ressaltar que 57 Instituições de Ensino Superior, sendo 50 entre institutos e universidades federais e 7 universidades estaduais, participaram deste último. A partir da segunda edição do SISU (2020/2), foi possível a oferta também de cursos na modalidade de educação a distância (EaD), sendo ofertadas 130 vagas para cursos em EaD.
Novo Fies: em 2020 foram ofertadas 100 mil vagas em mais de 1.300 instituições de ensino superior	O NOVO FIES tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em curso superior não gratuito, ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. Seu moderno modelo de financiamento estudantil divide o programa em diferentes modalidades, possibilitando juros zero a quem mais precisa e uma escala de financiamentos que varia conforme a renda familiar do candidato. O processo de seleção para o FIES tem duas edições por ano. Cumpre informar que no processo seletivo de 2020/1, 269.215 candidatos se inscreveram para concorrer à 70.000 vagas em 1.346 Instituições de Ensino Superior (IES). No processo seletivo relativo a 2020/2, 107.891 candidatos se inscreveram para concorrer a 30.000 vagas, em 1.136 IES. No segundo semestre de 2020 foi dado o início dos trabalhos de revisão da Portaria nº 209, de 07 de março de 2018 e outros normativos, visando a atualização de procedimentos e da execução do processo seletivo.
MEC ofertou 8 mil bolsas de residência médica	A Comissão Nacional de Residência Médica, vinculada ao Ministério da Educação, realizou nestes dois anos 31 reuniões plenárias, por meio das quais realizou a autorização de credenciamento e credenciamento de 2.067 programas de Residência Médica. No âmbito do MEC, foram ofertadas, em 2019, 13.503 bolsas de Residência, sendo 8.950 bolsas de Residência Médica e 4.553 bolsas de Residência Multiprofissional em Saúde. Já em 2020, foram ofertadas 13.752 bolsas de Residência, sendo 9.254 bolsas de Residência Médica e 4.508 bolsas de Residência Multiprofissional em Saúde. 59 instituições foram financiadas, sendo 56 IFES e 3 hospitais federais. Foram descentralizados aproximadamente R\$650 milhões de reais em 2019 e R\$647.878.818,07 (seiscentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, oitocentos e dezoito reais, e sete centavos) em 2020. Foram financiadas 59 instituições sendo 56 IFES e 3 hospitais federais.

MEC repassou R\$ 40 milhões às Instituições Federais de Ensino Superior sem Hospitais Universitários	Houve aporte de recursos da ordem de R\$ 40 milhões, em 2020, voltados para fins de utilização nos cenários de práticas para o internato médico para 44 cursos de Medicina em Instituições Federais de Ensino Superior sem Hospitais Universitários.
MEC investiu R\$ 143 milhões em infraestrutura das universidades federais	Em 2020, em meio ao planejamento orçamentário, foi direcionada alocação de recursos para aporte em obras em andamento e paralisadas com potencial de retomada. A iniciativa pauta-se na preocupação desta Pasta em apoiar a conclusão de obras já existentes, além de viabilizar, eventualmente, a redução de despesas de custeio com aluguéis de imóveis. Em 2020 foram alocados aproximadamente 120 milhões de reais para conclusão e prosseguimento de obras, retomadas e obras emergenciais. Ainda em 2020, em meio ao planejamento orçamentário, foi direcionada alocação de recursos para aporte em instalações de combate incêndio e pânico. Foram alocados aproximadamente 11 milhões de reais para iniciativas de combate a incêndio e pânico nas Universidades Federais. Em 2020, foi direcionada alocação de recursos para aporte em instalações de acessibilidade junto às IFES. A iniciativa objetiva adotar as medidas de inclusão e acessibilidade, além da própria Meta 12 do Plano Nacional de Educação. Em 2020 foram alocados mais de 12 milhões de reais para tal iniciativa, com 8 universidades federais atendidas.
MEC investiu R\$ 120 milhões para instalação de usinas fotovoltaicas para 57 Universidades Federais	Em 2019 foram alocados aproximadamente 120 milhões de reais para instalação de usinas fotovoltaicas para 57 Universidades Federais. A iniciativa de amparo a ações ligadas à eficiência energética, além de benefícios sob a perspectiva da sustentabilidade, contribui sensivelmente para diminuição das despesas em energia elétrica das universidades federais. Em 2020, em continuidade às diretrizes de apoio a iniciativas com potencial de redução de despesas de custeio, em meio ao planejamento orçamentário, também foi direcionada alocação de recursos para eficiência energética. Foram distribuídos aproximadamente 10 milhões de reais a 7 Universidades Federais. Ainda em 2020, por meio de remanejamentos internos, será possível a continuidade do projeto de eficiência energética, com alocação de mais de 27 milhões de reais a 30 Universidades Federais.
MEC cria nova universidade federal	Por meio da Lei nº 13.856, de 8 de julho de 2019, criou-se a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins.
Graphogame: MEC lança aplicativo gratuito de apoio à alfabetização	O MEC disponibilizou uma tecnologia educacional de apoio à alfabetização que auxiliará famílias a manterem o engajamento das crianças em fase de alfabetização. Se trata do GraphoGame, aplicativo com importantes resultados em diversos países desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e que está distribuído gratuitamente.
MEC e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos celebram acordo de cooperação para o Projeto "Mães Unidas"	O MEC promoveu a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o programa "Conta pra Mim" e o projeto piloto "Mães Unidas", do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Por meio desse acordo, será oferecida formação a respeito de práticas de literacia familiar para as mães

	voluntárias do projeto possam orientar as famílias beneficiadas. Essas voluntárias também distribuirão materiais de apoio fornecidos pelo MEC referentes ao programa “Conta pra Mim”.
MEC investiu R\$ 525 milhões para o retorno às atividades presenciais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental	O MEC, por meio do programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (emergencial), direcionou recursos para que unidades da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental se preparem para o retorno às atividades presenciais. Esse dinheiro poderá ser utilizado para aquisição de itens para higienização do ambiente e das mãos, bem como na compra de Equipamentos de Proteção Individual, serviços especializados de desinfecção, reformas de infraestrutura sanitária e aprimoramento do acesso à internet para os alunos e professores que mais precisam nesses difíceis tempos. Ao todo, o Governo Federal irá enviar R\$ 525 milhões diretamente a mais de 116 mil escolas, atingindo quase 37 milhões de alunos, por meio do PDDE, nos termos da Resolução FNDE nº 16, de 7 de outubro de 2020.
MEC e Ministério da Cidadania celebram Acordo de Cooperação para levar as ações do Programa Conta pra Mim às famílias mais vulneráveis	O MEC celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o programa “Criança Feliz”, do Ministério da Cidadania, o maior programa de assistência social do mundo, o que irá ampliar o alcance do “Conta pra Mim” às famílias mais vulneráveis. Por meio desse acordo, será oferecida formação a respeito de práticas de literacia familiar para que esses colaboradores orientem as famílias visitadas. Os visitantes domiciliares também distribuirão kits de literacia familiar adquiridos pelo MEC especialmente para este projeto.
Alfabetização: MEC elabora edital para aquisição de obras didáticas e literárias para a educação infantil	O objetivo é adequar as obras às evidências provenientes das ciências cognitivas para que os alunos tenham acesso a materiais de alfabetização de alta qualidade. Em maio de 2020, foi lançado o edital de convocação para o processo de inscrição, avaliação e aquisição de obras didáticas e literárias para a educação infantil, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2022 – Educação Infantil. O edital prevê, de forma inédita, a disponibilização de livros impressos para estudantes da pré-escola, bem como uma obra pedagógica destinada aos professores, voltada à preparação para a alfabetização. O modelo de avaliação pedagógica para a seleção das obras também foi revisado e aprimorado, passando a estabelecer os critérios gerais e específicos para cada componente das obras (livros do professor e do estudante e materiais digitais do professor), à luz dos fundamentos pedagógicos, constitucionais, legais e infralegais incidentes sobre a matéria, de forma expressa, objetiva e concisa. Além de colaborar com a elaboração desse edital a equipe técnica da Sealf também elaborou o Documento Referencial Técnico-Científico do Ministério da Educação - PNLD 2022, contendo subsídios à elaboração do edital de seleção de obras didáticas, literárias e pedagógicas da Educação Infantil do Programa Nacional do Livro e do Material Didático para o Ciclo 2022. Essa iniciativa contempla a ação 2.3 “Reformulação do PNLD para educação infantil e anos iniciais do

	ensino fundamental”, constante no eixo Eixo 2: “Apoio pedagógico para a alfabetização”, previsto no programa “Tempo de Aprender”.
Programa "Tempo de Aprender"	O “Tempo de Aprender” é o programa sobre alfabetização mais completo da história do Brasil. Destinado às crianças da pré-escola e do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras, o programa compreende um conjunto de dez ações organizadas em quatro eixos: Eixo 1: formação continuada para profissionais da alfabetização: A formação para professores do último da educação infantil e dos dois primeiros anos do ensino fundamental tem o objetivo de desenvolver habilidades e práticas pedagógicas docentes, comprovadamente eficazes, para o sucesso da alfabetização. A formação para gestores escolares tem o objetivo de desenvolver competências para que ele, no âmbito da unidade escolar, apoie coordene e acompanhe a atuação dos professores do último ano da educação infantil e dos dois primeiros anos do ensino fundamental com vistas a proporcionar as condições escolares essenciais para o sucesso da alfabetização. Eixo 2: Apoio pedagógico para a alfabetização: O programa prevê a disponibilização de recursos financeiros e pedagógicos às escolas e aos professores das redes de ensino tem o objetivo de melhorar a qualidade do ensino em sala de aula, por meio de propostas de planos de aula, atividades pedagógicas práticas e materiais comprovadamente eficazes, para auxiliar os professores no processo de ensino e aprendizagem da leitura, escrita e matemática. Destaca-se, nesse eixo, a ação voltada para o aperfeiçoamento do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Eixo 3: Aprimoramento das avaliações da alfabetização: Trata da disponibilização ou reestruturação de instrumentos avaliativos, sejam formativos ou somativos, com o objetivo de diagnosticar potenciais problemas durante e após o processo de aprendizagem da leitura, escrita e da matemática com vistas a viabilizar, em tempo apropriado, ações corretivas junto aos alunos em situação de risco de fracasso escolar na etapa da alfabetização. Eixo 4: Valorização dos profissionais da alfabetização, por meio da instituição de premiação para professores alfabetizadores: Prevê a criação de um sistema de premiação aos professores e gestores escolares envolvidos com a alfabetização que contribua para incentivar a aplicação e ampliação, pelas redes de ensino, de práticas que comprovadamente contribuam para o sucesso da aprendizagem nos dois primeiros anos do ensino fundamental. Até novembro de 2020, 4.403 secretarias municipais, estaduais e distrital aderiram ao programa.

Programa "Conta pra Mim"	O objetivo do Conta pra Mim é dar ampla divulgação às práticas de Literacia Familiar, as quais podem ser definidas como um conjunto de práticas e estratégias simples e divertidas que os pais podem agregar às suas rotinas domésticas. Essas práticas possuem grande potencial de estimular habilidades fundamentais para o aprendizado, como por exemplo: vocabulário, compreensão oral e funções executivas (memória de curto prazo, coordenação motora fina e controle inibitório). Além disso, as práticas de literacia familiar tendem a fortalecer os laços familiares e a estimular, nas crianças, o apreço pelos livros. O primeiro material do programa a ser publicado foi o Guia de Literacia Familiar, que aborda seis práticas essenciais de literacia familiar, que em seu conjunto oferecem múltiplas oportunidades de estímulo e aprendizagem para as crianças. Em janeiro de 2020, o MEC publicou toda a série de vídeos de orientação sobre Literacia Familiar. Essa série conta com 40 vídeos em linguagem simples e bastante ilustrativa, que contemplam todo o conteúdo do Guia de Literacia Familiar do programa “Conta pra Mim”. Esses vídeos podem ser encontrados no endereço http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim e também estão disponíveis na playlist Conta pra Mim no canal do YouTube do MEC.
Alfabetização: MEC adere à principal avaliação internacional de leitura do mundo	O Brasil assinou termo de adesão à principal avaliação de habilidades de leitura do mundo: o PIRLS (Progress in International Reading Literacy Study). A primeira aplicação do exame no Brasil seria realizada em 2020 pelo INEP, porém em razão das medidas de contenção da COVID-19, a sua realização foi adiada para 2021. Assim, alunos do 4º ano vão passar a ter a capacidade de leitura e compreensão de textos avaliadas em exame realizado por amostragem em larga escala em escolas públicas e privadas. Os resultados permitirão a realização de estudos comparativos com outros 50 países que aplicam o exame, o que possibilitará uma melhor compreensão das políticas e práticas que promovem o progresso educacional.
Política Nacional de Alfabetização - PNA	A Política Nacional de Alfabetização - PNA foi instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, publicado no Diário Oficial da União no mesmo dia, em edição extra. Essa Política atende ao objetivo de estabelecer uma alfabetização eficaz, baseada em evidências científicas, isto é, na Ciência Cognitiva da Leitura, que foi a base para experiências bem-sucedidas de outros países, como Inglaterra, EUA, Portugal, Canadá, Austrália, Finlândia e França. Tendo em vista o diagnóstico obtido durante o processo de elaboração da PNA, bem como os princípios e diretrizes delineados por essa nova política, concluiu-se que é de importância crítica que os conteúdos relacionados à literacia e à numeracia emergentes sejam abordados com prioridade no âmbito da educação infantil. Para tanto, o papel do professor toma um significado mais profundo e crítico, de modo que é fundamental oferecer aos professores melhor formação e ferramentas de apoio, como livros e materiais didáticos adequados. É o que mostram experiências exitosas no Brasil, nas redes pública e privada, e no exterior. Com a publicação da PNA, iniciou-se os trabalhos internos para o delineamento dos programas e ações relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita, incluindo a literacia familiar.

MEC repassou R\$10,0 bilhões pelo Salário Educação aos estados, Distrito Federal, municípios e União	O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública. Os recursos do Salário-Educação são repartidos em cotas, sendo os destinatários a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Até novembro de 2020, foram pagos cerca de R\$10,0 bi por meio do Salário Educação. É importante esclarecer que os dados do Salário Educação são referentes apenas à cota parte estadual e municipal.
MEC repassou R\$ 11,3 bilhões pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)	São destinatários dos recursos do Fundeb os estados, Distrito Federal e municípios que oferecem atendimento na educação básica. Na distribuição desses recursos, são consideradas as matrículas nas escolas públicas e conveniadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). Até novembro de 2020, o valor total de repasses da complementação da União ao Fundeb foi de R\$ 11.304.736.623,72.
Dinheiro Direto na Escola: MEC repassou R\$ 814,6 milhões para as redes estaduais e municipais de ensino	Os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE são repassados diretamente às escolas públicas. Para receber os valores, é necessário que as unidades de ensino estejam com os dados cadastrais atualizados no sistema PDDEweb e não possuam pendências sobre a prestação de contas de anos anteriores. Até novembro de 2020, foram repassados, por meio do PDDE Básico, R\$ 814,6 milhões. Em setembro de 2020, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 525 milhões a título emergencial, para auxiliar as escolas na retomada às aulas presenciais (PDDE Emergencial), dos quais já foram repassados R\$ 307 milhões.
MEC investiu, em 2020, cerca de R\$ 1,3 bi em materiais didáticos para beneficiar cerca de 140 mil escolas da educação básica	Em 2019, foram adquiridos 165,3 milhões de livros didáticos, dos quais 120 milhões foram postados e 61 milhões entregues nas escolas até dezembro/2019, para todas as etapas de ensino da Educação Básica, destinados aos 28 milhões de estudantes de 140 mil escolas. Dentre os livros didáticos, foram entregues cerca de 21 mil livros em Braille destinados a mais de 3.400 estudantes com deficiência visual, os quais receberam ainda os livros didáticos em formato EPUB3. O valor investido na aquisição desses materiais didáticos somou o montante de R\$ 1,5 bilhão. Em 2020, foram investidos cerca de R\$ 1,3 bilhão. Com esse valor foram beneficiados 32 milhões de estudantes, em mais de 123 mil escolas do Brasil. É importante destacar que a execução do PNLD 2020 começou em 2019. Em 2020, foram investidos cerca de R\$ 1,3 bilhão no programa. Com esse valor foram beneficiados 32 milhões de estudantes, em mais de 123 mil escolas do Brasil. É importante destacar que a execução do PNLD 2020 começou em 2019.
MEC conclui 2.187 obras de infraestrutura escolar (construção, ampliação e reforma de creches e escolas da educação básica)	Em 2020, até novembro, foram concluídas 814 obras escolares.
MEC investiu, em 2020, R\$ 1,3 bilhão para construção, ampliação e reforma de escolas da educação básica	Em 2019, foram repassados R\$ 419.446.789,67 para obras de construção, ampliação e reforma de escolas, via Plano de Ações Articuladas (PAR). E R\$ 422.215.781,77 para obras de construção de creches e quadras, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em 2020, até novembro, foram repassados R\$ 526.323.866,54 para o pagamento de parcelas de obras de infraestrutura escolar.

Em dois anos, MEC repassa de R\$ 1,3 bilhão para manutenção do transporte escolar	Em 2019, foram repassados R\$ 697.048.538,80, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), beneficiando 4,2 milhões de estudantes. Em 2020, foram repassados R\$ 701 milhões por meio do PNATE. A assistência financeira deste programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para custear despesas com a manutenção de veículos e com a contratação de serviços terceirizados de transporte escolar. Mesmo no período de pandemia, o FNDE continuou repassando os recursos normalmente para garantir a manutenção dos veículos.
Em dois anos, MEC repassa de R\$ 7,8 bilhões para alimentação escolar de estudantes da rede pública de ensino	O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. Em 2019, foram repassados R\$ R\$ 3,97 bilhões para atendimento de mais de 40 milhões de alunos da educação básica, em cerca de 150 mil escolas, incluindo as filantrópicas e comunitárias conveniadas com o poder público. Por meio do programa, são servidas mais de 50 milhões de refeições diárias, totalizando mais de 10 bilhões de refeições por ano. Até novembro de 2020, foram repassados o valor de R\$ R\$ 3,9 bilhões para atendimento de mais de 40 milhões de alunos da educação básica, em cerca de 150 mil escolas. Mesmo com o fechamento das escolas públicas por conta da pandemia da Covid-19, o FNDE seguiu repassando, normalmente, os recursos da alimentação escolar. De acordo com a Resolução nº2/2020, estados, municípios e o Distrito Federal estão autorizados a distribuir os recursos do Pnae, por meio de distribuição de kits de gêneros alimentícios diretamente às famílias dos estudantes.
MEC e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, investem R\$2,4 milhões em programa para incentivar o desenvolvimento de estudos relacionados à organização e situação atual das famílias brasileiras	O Programa visa a concessão de bolsas e auxílios, no âmbito da Pós-graduação stricto sensu, para projetos relacionados à temática da família em suas mais diversas vertentes. O Programa incentivará o desenvolvimento de estudos relacionados à organização e situação atual das famílias brasileiras. O Programa é proveniente de uma parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Investimento de R\$ 2,4 milhões 50 bolsas de mestrado e pós-doutorado Os recursos são provenientes da CAPES, e da Secretaria Nacional da Família.

MEC investe R\$ 56 milhões em Programa de Apoio à Pós-Graduação na Amazônia Legal	A partir de um protocolo de intenções assinado em 20 de novembro, a CAPES, as Instituições de Ensino Superior dos Estados da Amazônia Legal e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa dos Estados da Amazônia Legal se comprometeram a, juntas, executarem programa de desenvolvimento estratégico da pós-graduação, contando com a participação das instituições na elaboração do programa. Lançamento do Programa de Apoio à Pós-Graduação na Amazônia Legal, que visa promover o aumento da formação e a fixação de pesquisadores na região norte do Brasil, de forma a diminuir as assimetrias ainda existentes entre esta região e as demais. Foram investidos 56 milhões de reais e concedidas 720 bolsas em 90 projetos.
MEC, em parceria com o Ministério da Defesa, investe R\$ 13,5 milhões para a implementação de projetos na área da Defesa	Realizado em parceria com o Ministério da Defesa, o programa tem como finalidade a indução temporária de áreas estratégicas, considerando as prioridades da política brasileira de pesquisa em ciência e tecnologia. Consiste em: a) conceder estímulo à formação de recursos humanos pós-graduados em defesa, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro nessa área; e b) apoiar financeiramente os projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), Instituições Militares de Ensino e Pesquisa, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), instituições governamentais e setor produtivo para a formação de redes. Lançamento do PROCAD – DEFESA, que constitui ação realizada em parceria entre a CAPES e o Ministério da Defesa destinada a fomentar a cooperação entre instituições civis e militares para implementação de projetos voltados à formação de recursos humanos e à produção de pesquisas científicas e tecnológicas qualificados na área de Defesa. Foram investidos R\$ 13,5 milhões e concedidas 122 bolsas.
MEC oferta 60 mil bolsas de estudos para estudantes de licenciatura por meio do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Residência Pedagógica.	O PIBID e o Residência Pedagógica são ações da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visam proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura, no caso do PIBID, e na segunda metade, no caso do Residência Pedagógica, uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. Foram ofertadas 60 mil bolsas para estudantes de licenciatura no Brasil, por meio do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Residência Pedagógica.
MEC oferta 40 mil vagas para curso de capacitação para professores de alfabetização	O MEC, por meio da Capes produziu e disponibilizou curso de capacitação continuada a professores da educação básica e a estudantes de licenciatura, de forma online e gratuita. Inicialmente, foram contemplados cerca de 40 mil professores de alfabetização.

MEC ofertou 145 mil vagas em cursos de formação continuada online para professores da educação básica e estudantes de licenciatura	A ação promove a capacitação continuada de professores da educação básica e estudantes de licenciatura, de forma online e gratuita. Puderam se inscrever estudantes de graduação, concluintes do Ensino Médio e alunos matriculados na Universidade Aberta do Brasil (UAB). Com 60 horas de duração, os cursos foram 100% a distância e gratuitos. Ao final os participantes receberam certificado emitido pela CAPES. Foram ofertadas 145 mil vagas para cursos de aprimoramento profissional, para quatro cursos de capacitação – Português, Matemática, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Fundamentos de Estatística (avacapes).
MEC abre 1.500 vagas para programa de Mestrado Profissional para professores da Educação Básica	Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica – ProEB - início de 4 mestrados profissionais, com abertura de 1.562 vagas nas 5 regiões do país (ProfBio, ProfHistória, Prof-Filo e ProfQuímica, além da elaboração de nova portaria de regulamentação dos mestrados profissionais que compõem o PROEB. O Proeb promove a formação continuada de professores das redes públicas de educação, no nível de pós-graduação stricto sensu, nas áreas da Educação Básica Brasileira.
MEC seleciona 586 professores de escolas públicas da educação básica para curso de aperfeiçoamento no Canadá e Estados Unidos	Programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de Língua Inglesa das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos Estados Unidos visando promover o desenvolvimento profissional de professores de língua inglesa por meio de oferta de curso de aperfeiçoamento. O edital 04/2019 - Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos, selecionou 485 professores para participar de curso de aperfeiçoamento de 8 semanas em Universidades dos EUA. O edital 03/2019 - Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica no Canadá, selecionou 101 professores selecionados para participar de curso de aperfeiçoamento de 6 semanas em Colleges no Canadá.

MEC abre 17 mil novas vagas na Universidade Aberta do Brasil – UAB	Criada em 2005, a Universidade Aberta do Brasil- UAB é uma rede formada por instituições públicas que oferecem cursos de nível superior, por meio de educação à distância. O polo UAB é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de Educação a Distância - EaD, formada por instituições públicas que oferecem cursos de nível superior. A prioridade é para a área de formação de professores, em atendimento à Política Nacional dos Profissionais da Educação Básica. O programa visa: 1- Aumentar o acesso da população residente em municípios interioranos ao Ensino Superior; 2- Oferecer Formação inicial e continuada aos professores dos municípios interioranos médio e pequenos; 3- Apoiar o cumprimento das metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação; e 4- Apoiar a Política Nacional de Formação de Professores. São 17.200 novas vagas na Universidade Aberta do Brasil – UAB para cursos de Nível Superior (graduação e pós-graduação) na modalidade EaD, na sua grande maioria, sendo 75% das vagas abertas para cursos na área de Formação de Professores, em 620 turmas em polos UAB, de 35 instituições. Atualmente, o sistema conta com a participação de 132 Instituições Públicas de Ensino Superior e com 890 Polos parceiros, com cerca de 121 mil matriculados, sendo 103.187 em cursos de licenciatura e 18.433 em cursos de especializações.
Educação Profissional e Tecnológica: MEC autoriza o funcionamento de mais quatro unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	No ano de 2020, o Ministério da Educação publicou autorização de funcionamento para 4 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPCT): Campus Presidente Dutra do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Poço Redondo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e os Campi Avançados de Areia e Pedras de Fogo, do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Com essas novas autorizações, ao final de 2020, a Rede Federal era composta por 665 unidades, distribuídas em 582 municípios brasileiros, com abrangência nas 376 regiões geográficas imediatas (que correspondem às áreas que procuram centros urbanos próximos para satisfação de necessidades imediatas) e 132 regiões intermediárias (que organizam as Imediatas no território a partir de uma região que oferece serviços mais complexos) - conforme divisão regional atualizada pelo IBGE em 2017. Ao final de 2020 havia 281 obras em andamento, em 213 campi distribuídos em todos os estados do país e no Distrito Federal, que representam um investimento plurianual de R\$ 724 milhões. Além disso, 158 obras foram entregues em 138 campi de 21 estados e do Distrito Federal, que representaram um investimento total de R\$ 156 milhões.
Novos Caminhos e UAB oferecem 8.220 vagas de especialização lato sensu para professores em todos os estados	Em 2020, no âmbito do Novos Caminhos, foram firmadas parcerias com os Institutos Federais do Espírito Santo e de Santa Catarina e com a Capes para oferta do curso de Especialização <i>Lato Sensu</i> em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), com a disponibilização de 8.220 vagas para a formação de professores das 27 redes públicas de ensino estaduais e distrital, para atuarem em cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no itinerário de formação técnica e profissional do ensino médio. Até dezembro de 2020 foram destinados R\$ 10 milhões, por meio do TED nº 8747, além de recursos próprios da Capes, sendo contabilizadas 8.220 matrículas realizadas, cujo atendimento se dará em todos os estados da federação.

Fomento ao empreendedorismo e à inovação: MEC investe mais de R\$ 6 milhões em projetos de iniciação tecnológica com foco em demandas da Economia 4.0	Ação promovida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, com o apoio do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), para a seleção de projetos de iniciação tecnológica em instituições da Rede Federal de EPCT, por meio da abertura de Chamada Pública 03/2020, com recursos da LOA de 2019. O principal objetivo da Chamada foi o apoio ao desenvolvimento de projetos de iniciação tecnológica, em ações de estímulo à formação de estudantes do ensino médio regular e dos anos finais do ensino fundamental, em habilidades relacionadas às tecnologias digitais surgidas no contexto das transformações dos setores produtivos no âmbito da Economia 4.0. Foram selecionados 60 projetos, com o objetivo de estimular a iniciação e a extensão tecnológica nas instituições da Rede Federal e incentivar o interesse e a criatividade dos estudantes. Ao final de 2020, os projetos aprovados encontravam-se em fase de contratação, com um investimento total de R\$ 8,5 milhões, dos quais foram executados R\$ 6,0 milhões até dezembro de 2020, ou seja, 70,5% do total repassado. Com recursos da LOA 2020, houve a celebração de aditivo da parceria com o IFES, no montante de R\$ 6,2 milhões, para a realização de nova chamada em 2021, que permitirá o apoio a 60 novos projetos. Desse modo, espera-se que a iniciação tecnológica se torne uma importante via de desenvolvimento de talentos e de inclusão produtiva e social, estimulando os jovens para a formação profissional, científica e tecnológica, a partir da identificação e solução de problemas com aplicação do método científico, da prototipagem de soluções tecnológicas e da sua aplicação para contribuir com a transformação positiva de suas realidades.
Fomento ao empreendedorismo e à inovação: MEC investe R\$ 4,6 milhões na capacitação de alunos e professores da Rede Federal no desenvolvimento da cultura maker	Também em parceria com o IFES, a Setec apoiou em 2020 a implantação de oficinas de educação 4.0 em instituições da Rede Federal, selecionadas por meio de editais. Foram selecionadas 15 instituições para replicarem a metodologia de capacitação baseada em oficinas e projetos de inovação tecnológica, que é desenvolvida e aplicada pelo IFES. Essas instituições recebem capacitação, apoio à instalação de laboratórios e recursos didáticos, que servirão de base para a aplicação da metodologia. Além disso, essa seleção prevê o pagamento de bolsas para os componentes das equipes de cada instituição contemplada e que cada equipe desenvolva com o apoio das oficinas, um projeto de inovação associado a uma demanda real do setor produtivo público ou privado local. Como resultados, os alunos das instituições selecionadas são capacitados em habilidades da Educação 4.0, como programação intuitiva, pensamento computacional, robótica, Big Data analytics, inteligência artificial, machine learning, gestão de projetos, capacidade empreendedora, entre outras, que estão relacionadas às demandas por capacitação profissional advindas do processo de transformação digital da economia, ou da chamada Economia 4.0. Até dezembro de 2020, de um total de R\$ 4.7 milhões, foram executados R\$ 4.6 milhões, ou seja, 98,4% para as 15 instituições selecionadas.
Fomento ao empreendedorismo e à inovação: MEC investe mais de R\$ 11 milhões em projetos de empreendedorismo Inovador com foco na Economia 4.0.	Ação promovida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), com o apoio do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (IFES) e a colaboração do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para a seleção de projetos voltados ao desenvolvimento de empreendimentos inovadores no âmbito da Rede Federal. O objetivo desta ação é apoiar o surgimento de empreendimentos com foco no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, alinhadas às demandas da Economia 4.0, em instituições da Rede Federal de EPCT, instituídas conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

	Até dezembro de 2020, de um total de R\$ 16,5 milhões, foram executados R\$ 11,6 milhões, ou seja, 70% dos recursos aplicados para o desenvolvimento de 60 projetos submetidos, de 38 instituições em 22 estados do país, nas ações da Economia 4.0. Além dos recursos financeiros destinados pela Setec e executados pelo IFES, o Sebrae apoiará os projetos selecionados que potencializem o processo de inovação, o acesso a mercados e investimentos e ao desenvolvimento de modelo de negócios e atividades de pré-incubação e incubação.
MEC investiu R\$ 306 milhões na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Em 2019 e 2020, para a manutenção e desenvolvimento das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), o MEC repassou R\$ 306 milhões, bem como disponibilizou, ainda, 570 códigos de vagas de docentes e técnicos-administrativos, sendo 139 códigos de vagas de docentes e 431 códigos de vagas de técnicos-administrativos. No que concerne à infraestrutura física, nesse período, o MEC fez investimentos para a conclusão de 427 obras que beneficiaram 315 unidades de ensino, além de apoiar a aquisição de usinas fotovoltaicas para 40 instituições e a instalação de 113 laboratórios de prototipagem em campi da Rede Federal de EPCT. Os investimentos nessas instituições possibilitaram, entre outros, o incremento no número de matrículas, alcançando, em 2019, mais de 1 milhão de matrículas, das quais 60% são em cursos de educação profissional técnico de nível médio, bem como possibilitaram aumento nos números de projetos de extensão tecnológica; de pesquisa aplicada e no registro de patentes.
Educação Profissional e Tecnológica: MEC atualiza Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (http://cnct.mec.gov.br)	O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é um elemento central para a política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no País. Entre os objetivos e funções do CNCT destacam-se: o estabelecimento de critérios para a constituição dos cursos técnicos em âmbito nacional e a organização da sua oferta; a viabilização do processo de avaliação da EPT; a possibilidade do mapeamento da oferta da EPT de nível médio; a orientação das instituições em seu planejamento de oferta dos cursos técnicos e na construção dos seus projetos pedagógicos; a indicação de possíveis itinerários formativos aos jovens e trabalhadores; a viabilização da mobilidade estudantil e profissional e a promoção da cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios no atendimento às demandas socioeducacionais relacionadas à EPT. O CNCT reúne uma série de informações relevantes, como a descrição do perfil do profissional ao concluir cada curso, o respectivo campo de atuação, as normas para o exercício profissional, a infraestrutura mínima que a instituição de ensino deve dispor para oferta do curso, entre outras. O CNCT é o instrumento de referência para as instituições de ensino que oferecem cursos técnicos, para os estudantes, para o setor produtivo, que absorve os profissionais egressos dos cursos e para a sociedade em geral. O Catálogo será periodicamente revisado com o objetivo de manter a oferta EPT alinhada às necessidades do setor produtivo. A última atualização envolveu vários segmentos do setor educacional e do setor produtivo, com a participação de representantes de entidades patronais e laborais, associações profissionais, especialistas, professores e alunos, com o objetivo de alinhar os cursos técnicos às transformações tecnológicas e às demandas do mundo do trabalho e, também, às necessidades socioeducativas dos jovens e trabalhadores. Nessa quarta edição, o CNCT apresenta inovações em relação às versões anteriores, como o seu formato inteiramente digital e informações complementares sobre os cursos, como estágio, duração, possibilidade de complementação por educação a distância, entre outras. Ao todo, o novo catálogo reúne 215 cursos técnicos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos.

	Com a atualização do CNCT de acordo com as necessidades de formação dos jovens e trabalhadores e com as demandas do mercado de trabalho, os cursos existentes devem se adaptar às novas exigências no período máximo de 2 anos, se tornando mais atrativos aos estudantes e trabalhadores e propiciando maiores oportunidades de emprego e geração de renda.
Fomento ao empreendedorismo e à inovação: MEC investe R\$ 40 milhões em pólos de inovação credenciados pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)	A Embrapii é qualificada pelo Governo Federal como uma Organização Social (OS), nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, apta a firmar contrato de gestão e, por isso, foi contratada para promover e incentivar a parceria entre as empresas e instituições de ciência e tecnologia, no intuito de realizar projetos empresariais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). O contrato de gestão foi firmado pelo MCTI, tendo o MEC como interveniente, e é norteado por metas e indicadores detalhados, fundamentados em seus objetivos estratégicos de contribuir para o desenvolvimento tecnológico de novos produtos, processos ou soluções empresariais, articular e estimular a cooperação entre empresas e instituições de pesquisa tecnológica, apoiar a realização de projetos de PD&I, contribuir para a promoção do desenvolvimento dos polos de inovação dos Institutos Federais (IFs) e difundir informações, experiências e projetos à sociedade. A parceria visa capacitar estudantes e professores-tutores orientados por projetos de inovação captados via modelo Embrapii, nas habilidades socioemocionais associadas à Economia 4.0. Considerando a relevância que as habilidades socioemocionais possuem no contexto das capacitações para o mundo 4.0, o MEC, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), decidiu apoiar a ampliação dessa ação por meio da criação de um programa específico de capacitação de recursos humanos em soft skills, denominado "Programa de Capacitação 4.0". Em 2020, foram investidos R\$ 40,6 milhões, em três ações pactuadas no âmbito da referida parceria: o credenciamentos de 4 novos polos, por meio da Chamada Pública 03/2020, a manutenção dos 9 polos já credenciados anteriormente e o lançamento de operacionalização do Programa Capacitação 4.0. A Rede Federal possui, no início de 2021, 13 Institutos Federais credenciados como Polos de Inovação EMBRAPII: Instituto Federal Fluminense (IFF), Instituto Federal Goiano (IFGoiano), Instituto Federal do Sul de Minas (IFSuldeMinas), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal do Ceará (IFCE), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e Instituto Federal de São Paulo (IFSP); sendo os quatro últimos credenciados em 2020, recebendo autorização de funcionamento em fevereiro de 2021, por meio de ato publicado pelo MEC.
Novos Caminhos: MEC oferta mais de 20 mil vagas para o público do sistema prisional, os egressos e seus familiares	Em dezembro de 2017 foi assinado entre o Depen/MJSP e a Setec/MEC um Termo de Execução Descentralizada para o repasse de R\$ 48 milhões, com o intuito de ofertar 24 mil vagas em cursos Formação Inicial e Continuada (FIC) para o público do sistema prisional, inclusive egressos e familiares. Esse recurso foi redistribuído a 25 (vinte e cinco) parceiros ofertantes das redes estaduais de ensino. Até 2019 foram ofertadas 8.021 vagas, cerca de 30% do objeto previsto, quando o TED foi prorrogado, para a repactuação dos recursos restantes. Entre agosto e setembro de 2020 foram realizadas cerca de 50 entrevistas com ofertantes e a administração penitenciária estadual dos 25 estados, para redesenho das ações do programa. A partir da avaliação diagnóstica foram repactuados R\$ 37 milhões para a oferta de 21.772 vagas. As ofertas terão início em março de 2021.

Novos Caminhos: disponibilização de Mapa da Demanda de Qualificação Profissional (http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/?pagina=painel-demandas)	Os Mapas de Demanda de Qualificação Profissional e Tecnológica (EPT) foram desenvolvidos em parceria entre a Setec/MEC e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais. Em 2020, os Mapas foram utilizados como referência na elaboração das propostas para oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional, elaboradas pelos parceiros estaduais, distrital e municipais no âmbito da repactuação de saldos. Os indicadores foram construídos a partir dos dados da RAIZ, Caged, Censo Escolar, Censo IBGE, Pnad Continua, entre outros, de forma a projetar potenciais admissões de forma geolocalizadas - por UF e respectivas mesorregiões. As admissões tiveram a sua correspondência em cursos técnicos e de qualificação profissional, resultando em sugestões de oferta também de forma georreferenciada. Além disso, os mapas trazem dados socioeconômicos e dados sobre o setor produtivo por região, buscando aprimorar o processo de definição de ofertas de EPT. O Painel de Demandas por Qualificação Profissional, que disponibiliza os Mapas em pdf e os dados para uso interativo, foi lançado no dia 13 de novembro de 2020.
Novos Caminhos: MEC repactua com estados e municípios cerca de R\$ 400 milhões para a oferta de 168 mil novas vagas em cursos técnicos e de qualificação profissional	Em outubro de 2019, o Ministério da Educação lançou o Novos Caminhos, que consiste em um conjunto de ações para o fortalecimento da política de EPT, em apoio às redes e instituições de ensino no planejamento da oferta de cursos alinhada às demandas do setor produtivo, e na incorporação das transformações produzidas pelos processos de inovação tecnológica. A agenda estratégica é estruturada em três eixos: Gestão e Resultados; Articulação e Fortalecimento e Inovar para Crescer. O MEC identificou saldos financeiros não utilizados nas contas correntes de alguns dos parceiros ofertantes de EPT no âmbito do Bolsa-Formação. A partir dessa constatação, foi publicada a Portaria MEC nº 1.720, de 8 de outubro de 2019, que disciplinou a repactuação dos saldos remanescentes de repasses efetivados em anos anteriores em conta e que estavam ociosos e que trouxe como inovações o valor hora-aluno variável e a possibilidade de execução indireta pelos parceiros. Aos parceiros foi exigido que as propostas fossem embasadas em demandas locais. Para isso, o MEC disponibilizou também os Mapas de Demanda por qualificação profissional (http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/?pagina=painel-demandas), desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais. Foi repactuado o montante de R\$ 404,1 milhões dos saldos disponíveis, para a oferta de 168.072 novas vagas, sendo 133.249 vagas destinadas a cursos de qualificação profissional (ou formação inicial e continuada) e 34.823 a cursos técnicos. Destas, 57.372 vagas serão ofertadas na modalidade EaD, e 110.700 na modalidade presencial. Para 2020 foram previstas 46.425 vagas, sendo contabilizadas 24.891 matrículas.
MEC repassa recursos para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o desenvolvimento de ações no enfrentamento da pandemia da COVID-19	A partir de crédito adicional, disponibilizado por medida provisória, a Setec descentralizou para Rede Federal de ECPT o valor de R\$ 24 milhões para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da pandemia da COVID-19. A liberação do recurso ocorreu em 3 etapas, com objetivos específicos: Etapas 1: Liberação de R\$ 5,5 milhões para apoiar iniciativas em andamento da Rede Federal, para a produção e distribuição de equipamentos de proteção individual, produtos de higiene e limpeza. Entre abril e maio, 22 instituições tiveram iniciativas apoiadas. Etapas 2: Liberação de R\$ 12 milhões para todas as instituições da Rede Federal, garantindo a disseminação de iniciativas no enfrentamento da COVID-19 em todo território nacional. Os valores distribuídos foram proporcionais ao número de campi de cada instituição, e as descentralizações ocorreram entre junho e julho. Etapas 3: Liberação de R\$ 6,5 milhões para apoiar o Edital 01/2020, do Conselho Nacional das Instituições da

	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que teve como objetivo financiar projetos de pesquisa e/ou extensão tecnológica de soluções inovadoras para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos para o enfrentamento emergencial à COVID-19. Outra iniciativa realizada pelo MEC foi o Projeto Alunos Conectados, realizado pela Setec, em parceria com a Secretaria de Educação Superior (Sesu). A iniciativa realizou a contratação do serviço de dados móveis para os alunos das instituições federais, considerando a vulnerabilidade socioeconômica, fator principal apontado pelas instituições para implementação das atividades de ensino remoto durante a vigência das medidas de isolamento social. O projeto visa o atendimento de 428.320 mil alunos com renda família per capita de até 0,5 salário mínimo, com recursos diretos do MEC, sendo 180 mil alunos dos Institutos Federais, Cefets e Colégio Pedro II (CP-II), com um investimento de R\$ 10 milhões. Cumpre destacar que as instituições atenderam mais alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica, com recursos próprios. A disponibilização da conectividade considerou inicialmente as instituições com calendário acadêmico em curso, por meio de Tecnologias da informação e comunicação (TIC/Remoto), ou que já possuíam data prevista para o início da oferta nessa modalidade, cujas informações se encontram disponíveis no Painel de Monitoramento do MEC. Até dezembro de 2020 foram entregues 48.930 chips em 29 instituições de ensino em todos os países, beneficiando os alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica, no desenvolvimento de atividades remotas durante a pandemia do novo Coronavírus.
MEC oferta mais de 200 mil novas vagas em cursos de qualificação profissional	Em parceria com as instituições da Rede Federal de EPCT, o Ministério da Educação aprovou a oferta de 209.220 novas vagas gratuitas em cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em 2020. Para a execução das vagas, foram previstos R\$ 64,8 milhões. Devido ao cenário de pandemia, as vagas foram direcionadas para cursos de qualificação profissional (curta duração), ofertados exclusivamente em EaD. Neste sentido, ressalta-se que o MEC está investindo na qualificação técnica e profissional dos cidadãos brasileiros de maneira a possibilitar a colocação e a recolocação desses cidadãos no mundo do trabalho, alinhando as ofertas dos cursos com as necessidades dos setores produtivos, contribuindo para a diminuição da taxa de desemprego e com a retomada do crescimento econômico.
Educação Profissional e Tecnológica: Habilitação e autorização de cursos técnicos de instituições privadas de ensino superior (Ipes).	Com a finalidade de aumentar a oferta da educação profissional técnica de nível médio, em 2020, o MEC passou a habilitar Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) a ofertarem cursos técnicos nas mesmas áreas em que já disponibilizam cursos superiores. A efetiva oferta de cursos técnicos por essas instituições depende de autorização do MEC, que analisa os planos de cursos e as condições apresentadas pelas instituições, a fim de assegurar a qualidade da educação a ser ofertada à população. De março a outubro de 2020, 106 Ipes foram habilitadas e autorizadas a ofertarem 58 cursos técnicos distintos, ampliando em mais 700 mil vagas a oferta de educação profissional técnica de nível médio no país, o que representa um significativo incremento na oferta de possibilidades de formação profissional aos jovens e trabalhadores.
Levantamento da projeção de oferta de vagas pelos estados e Distrito Federal	Foi realizado levantamento para subsidiar as ações, projetos, programas e políticas EPT, mensurando a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional, em suas várias formas de oferta, pelos estados e Distrito Federal, com vistas a contribuir para a organização da oferta do itinerário da formação técnica e profissional no novo ensino médio, cujo resultado apresentou a previsão de 5.081.224 vagas, sendo: 1.027.580, para 2021; 1.424.003, para 2022; e 1.562.701, para 2023.

	Os resultados desta ação visam subsidiar a tomada de decisões pela Setec no tocante à implementação de projetos de formação de docentes e gestores da EPT, trazendo qualidade à oferta.
Assinatura de acordos de cooperação técnica com os ministérios para a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional no âmbito da Bolsa-Formação.	Uma parceria firmada com o Ministério do Turismo, no âmbito da Bolsa-Formação, possibilitou a oferta de cerca de 7 mil vagas em cursos de curta duração (qualificação profissional ou formação inicial e continuada), na modalidade educação a distância (EAD), voltados para a retomada econômica do setor de Turismo. Foi repassado o montante de R\$ 2,1 milhões para o Instituto Federal Sul de Minas Gerais (IFSMG) e o Instituto Federal Sul Rio-grandense (IFSUL), para atender às demandas identificadas no Mapa do Turismo Brasileiro (http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html). Até dezembro de 2020 foram disponibilizadas 2.660 vagas e as demais serão ofertadas entre abril e agosto de 2021.
Implementação de programas e projetos com foco no acompanhamento e desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	No eixo assistência estudantil, tem-se que, entre os alunos matriculados na Rede Federal de EPCT que declararam renda per capita familiar em 2019, o que corresponde a 56,1% do total de alunos, aproximadamente 56% desses têm renda familiar per capita de até um salário mínimo, o que representa cerca de 560 mil alunos. Em 2021, espera-se um número ainda maior de alunos em vulnerabilidade socioeconômica, em razão dos impactos causados à economia em decorrência da pandemia e, nesse sentido, será fundamental estabelecer iniciativas que contribuam para o controle da evasão de matrículas. Dessa forma, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) se mobilizou para assegurar a manutenção dos valores de assistência estudantil para Rede Federal em 2021, tendo, em 2020 disposto R\$ 461 milhões na ação orçamentária correspondente da assistência estudantil à Rede Federal. O projeto <i>IF Maker</i> tem por objetivo criar 113 Laboratórios de Prototipagem (Lab IFMaker), com previsão de um investimento total de R\$ 13,3 milhões nas unidades acadêmicas da Rede Federal de EPCT, por meio da oferta de cursos de capacitação e aquisição de equipamentos, visando disseminar os princípios que norteiam o ensino <i>Maker</i>. Além disso, propõe-se a auxiliar os professores e técnicos administrativos em educação no desenvolvimento da cultura <i>learning by doing</i>, provocando as instituições a refletirem sobre o uso da aprendizagem baseada em projetos, e sobre como ela pode ser utilizada nestes espaços como suporte ao processo de ensino e aprendizagem em todas as áreas do conhecimento, além de proporcionar um maior envolvimento com as demandas da sociedade. A montagem desses laboratórios representa a criação de um novo ambiente de ensino na instituição, o que leva, entre outros, a possibilidade de uma nova oferta de matrículas e, conseqüentemente, o fomento de ingresso e permanência dos estudantes, além do fortalecimento da formação. A seleção dos projetos voltados à criação dos laboratórios foi realizada por meio de Edital publicado pelo MEC. Em relação à Educação a Distância, foi realizada, em 2020, a instituição do Comitê Técnico para o Acompanhamento da Política de Educação a Distância da Setec, a partir da Portaria nº 573, de 3 de julho de 2020. O comitê deve apresentar proposta de mecanismo de acompanhamento dos resultados da política de ensino a distância, no âmbito da Educação Profissional Tecnológica (EPT), de forma a possibilitar o monitoramento das redes de educação, quando da oferta desta modalidade de ensino, medindo a eficiência obtida em termos de acesso, permanência e êxito acadêmico.

	No eixo transparência, vale destacar informações a respeito da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de EPCT, nos termos da Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018. Em 2020, ocorreu a publicação da Edição PNP-2020, com dados base de 2019, disponibilizada aos gestores, à comunidade acadêmica, aos pesquisadores e a toda sociedade, com as informações acadêmicas e de gestão alcançadas pela Rede Federal.
MEC repassa mais de R\$ 265 milhões às escolas públicas do campo e quilombolas	O MEC, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, repassa recursos financeiros de custeio e de capital às escolas públicas do campo e quilombolas, que possuam estudantes matriculados na educação básica, garantindo as adequações necessárias ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e o esgotamento sanitário nas unidades escolares que tenham declarado no Censo a inexistência de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário e ainda não tenham sido beneficiadas com essa assistência pecuniária (aquisição de equipamentos, instalações hidráulicas e contratação de mão de obra, necessários à construção de poços, cisternas, fossa séptica e outras formas que assegurem provimento contínuo de água adequada ao consumo humano e esgotamento sanitário). Resultados: Em 2019, foram beneficiadas 1.179 escolas e 116.322 estudantes, com investimento de R\$ 32 milhões. Em 2020, já foram beneficiadas 997 escolas e 191.025 estudantes, com investimento de R\$ 30 milhões. Foram destinados recursos financeiros de custeio e de capital às escolas públicas municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo, que tenham estudantes matriculados na educação básica, a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades, necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino (realização de reparos ou pequenas ampliações e cobertura de outras despesas, que favoreçam a manutenção, conservação e melhoria de suas instalações, bem como na aquisição de mobiliário escolar e na concretização de outras ações que concorram para a elevação do desempenho escolar). Resultados: Em 2019, foram beneficiadas 15.160 escolas e beneficiados 1.943.039 estudantes, com investimento aproximado de 203,9 milhões. Em 2020, o MEC está construindo o Sistema PDDE Campo para adesão, gestão e monitoramento das escolas do campo que receberem os recursos pelo Programa.

Formação continuada para professores da educação especial	A formação continuada de professores da educação básica para o atendimento de educandos do público-alvo da Educação Especial é uma ação fundamental para a ampliação da qualidade da educação. O MEC desenvolve cursos em parceria com as Universidades, Estados e Municípios sob iniciativa dos entes federados e com apoio técnico do MEC no âmbito da Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação – RENAFOR. Plano de Ações Articuladas – PAR 2011-2014. Em 2020, 9 Instituições Federais de Ensino propuseram 14 cursos (de extensão, aperfeiçoamento e especialização), ofertando 9.650 vagas, sendo 2.250 horas de formação. O investimento e os empenhos para esta ação foram realizados no ano corrente no valor de R\$2,5 milhões. Os cursos têm datas de início para o 2º semestre, até 31 de dezembro de 2020. As execuções da formação continuada seguem em 2021, tendo em vista a continuidade dos projetos de curso, conforme carga horária, a serem concluídos ao longo do ano. Além dessa ação, o MEC em parceria com o instituto Benjamin Constant promoveu um encontro com os profissionais dos Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAPs) e dos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille (NAPPBs), O Encontro aconteceu nos dias 26,27,28 e 29 de novembro de 2019 e teve a participação de cerca de 150 pessoas — 110 dirigentes dos Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAPs) e dos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille (NAPPBs), Comissão Brasileira do Braille CBB) além de profissionais do IBC e de outras instituições ligadas à educação especializada na área da deficiência visual. Ainda, foi realizado também encontro com os profissionais dos Núcleos de Atendimento aos Alunos com Altas Habilidades ou Superdotação, que teve como objetivo a atualização desses profissionais da educação quanto às teorias, práticas pedagógicas e políticas públicas para o atendimento ao estudante de Altas Habilidades/Superdotação. Por fim, o MEC, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, de Franca – SP, promoveu Seminário de políticas educacionais para pessoas com Transtorno do Espectro Autista. O evento teve como foco a formação continuada de 500 professores da região.
MEC investe R\$ 50 milhões para aquisição de material para estudantes com deficiência visual	O MEC em parceria com os Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAPs), dos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille (NAPPBs) e do Instituto Benjamin Constant avaliou nos anos de 2019 /2020 obras em braille-tinta e livros em formatos acessíveis para distribuição pelo FNDE aos estudantes com deficiência visual (cegos, baixa visão e surdocegos). Em 2019 foram entregues 28.317 livros em Braille-tinta de 362 títulos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental (valor R\$ 18,4 milhões) e, também foram entregues 407 títulos no formato digital E-pub, de todos os livros escolhidos pelas escolas, destinados a 3.500 estudantes (valor R\$3,6 milhões). Em 2020, a previsão de entrega é de 10.776 livros em braille-tinta de 275 títulos do 6º ao 9º ano (previsão de investimentos na ordem de R\$ 25 milhões) e 286 títulos em EPUB (R\$ 3.6 milhões).

MEC investe R\$254 milhões em ações de acessibilidade e apoio à inclusão escolar dos educandos da educação especial	O Programa Sala de Recursos é desenvolvido com investimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE. Conforme disposto na Resolução MEC/FNDE n. 15, de 07 de outubro de 2020, 254 milhões do Programa serão repassados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE para atendimento de 8.411 escolas em todo território nacional, com o objetivo de promover ações de acessibilidade e apoio à inclusão escolar dos educandos da educação especial, matriculados em classes comuns de escolas regulares inclusivas, escolas especializadas e escolas bilíngues de surdos, por meio da equipagem de salas de recursos já existentes ou da implementações de novas salas de recursos multifuncionais ou específicas.
Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida	No último dia 30 de setembro de 2020, numa ação de política pública interministerial, o Ministério da Educação, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos acompanharam o Presidente da República na assinatura do Decreto nº 10.502, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida (PNEE). O Decreto reafirma o caráter constitucional da PNEE, que se baseia no Art. 208 da Constituição Federal, na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - LBI), na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Objetivo é ampliar o atendimento a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no país.